

HABEAS CORPUS Nº 547.689 - SP (2019/0352470-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE. REMESSA DOS AUTOS À DEFENSORIA PÚBLICA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em causa própria e de próprio punho por MARCELO FERREIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se de sua confusa inicial que o Impetrante/Paciente pleiteia o restabelecimento do regime aberto, ou, então, do semiaberto, anteriormente deferidos pelo Juízo das Execuções Criminais. Subentende-se que o retorno do Apenado ao regime fechado foi determinado em razão de uma nova condenação proferida em seu desfavor.

Requer, ainda, liminarmente, a sua absolvição, nos termos no art. 386, inciso IV, do Código de Processo Penal (fl. 8).

É o relato do necessário, considerada a instrução deficiente do pedido.

Passo a decidir.

A pretensão formulada não pode ser conhecida.

Como se sabe, **compet**e à **Defesa** narrar e instruir **completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013. Todavia, no caso, a inicial foi impetrada desacompanhada de documentos.

Assim, a Parte Impetrante não se desincumbiu do ônus de formar

Superior Tribunal de Justiça

adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018).

No mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas desta Corte: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019, v.g.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Determino o envio dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que avalie as alegações do Paciente e adote as providências que entender cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora